



MEMÓRIA, ESQUECIMENTO E IDENTIDADE ÉTNICA NA CONSTITUIÇÃO DA “COMUNIDADE QUILOMBOLA” DE MANOEL DO REGO – CANGUÇU - RS

**MARTINELLI, Mara Godoy Porto¹, SOARES, Regina Silva da Silva², OLIVEIRA,
Wilson José Ferreira de³**

¹ Acadêmica de Ciências Sociais UFPel, bolsista de Iniciação Científica – FAPERGS
(maragpm@hotmail.com).

² Estudante do Curso de Especialização em Sociologia e Política UFPel,
(reginasssoares@hotmail.com).

³ Prof. do Departamento de Sociologia e Política - UFPel (wilson@ufpel.edu.br).

1. INTRODUÇÃO

Essa comunicação faz parte de uma investigação mais geral sobre as condições de emergência e as dinâmicas de constituição de “remanescentes quilombolas” no Rio Grande do Sul. Nesse trabalho analisa-se o processo de constituição da comunidade de Manoel do Rego como “remanescente quilombola”. O distrito de Manoel do Rego localiza-se na Serra dos Tapes, região onde fica o município de Canguçu, sede deste e de outros distritos habitados por vários grupos de negros.

Um dos aspectos que nos chamou bastante a atenção durante todo o processo de inserção no terreno de investigação tem sido a dificuldade de ter acesso a relatos e lembranças dos membros da comunidade de “remanescentes” sobre o passado dos ex-escravos ou descendentes de escravos que permaneceram na região. Isso se mostra de maneira mais clara nas entrevistas com alguns dos membros mais antigos da comunidade. Durante essas entrevistas é o silêncio sobre o passado que se faz mais presente nos relatos obtidos.

Desde muito tempo, sabemos que as dificuldades decorrentes do processo de inserção do pesquisador no terreno de análise, do levantamento das informações sobre o que pretende investigar e das formas de disponibilidade e de acesso aos documentos, registros e práticas existentes, “são portadoras de uma informação positiva sobre as situações que as produzem”, podendo “se converter em fontes de informação capaz de enriquecer nossa análise das formas da respectiva construção social” e ser consideradas como uma “realidade social a ser analisada como tal” (MERLLIÉ, 1996, p. 156-157). Dessa forma, com base no princípio da reflexividade que constitui um dos pilares de constituição da prática etnográfica, o qual exige do pesquisador a constante vigilância em relação às condições através das quais os dados etnográficos são produzidos (BEAUD; WEBER, 1998), consideramos tal situação como uma via de acesso à investigação das condições sociais, políticas e

culturais que tornaram possíveis o trabalho de redefinição identitária dos “negros” na região.

Assim sendo, através dessas orientações começamos a perceber que essa dificuldade de falar do passado, essa “falta de memória” sobre a escravidão, sobre os ex-escravos e seus descendentes, está relacionada, na verdade, às situações de desigualdade étnico-raciais vivenciadas pelos negros ascendentes dos moradores da região, bem como por esses seus descendentes e ao trabalho político de mobilização que foi necessário realizar para a redefinição identitária e a alteração da conotação pejorativa que ser “negro” tinha em tal localidade. Essa relação começou a ficar mais clara quando visitamos alguns “colonos” que também residem na região há bastante tempo que nos contaram que até pouco tempo os membros da comunidade de Manoel do Rego ficavam furiosos quando os chamavam de “negros”: “Eles não gostavam de ser chamados de negro por causa dessa coisa de escravidão. Agora, depois dos quilombolas é que eles começaram a aceitar que chamem de negros” (Diário de Campo, 05 de julho de 2008). De forma semelhante isso se fez presente também quando indagamos a um dos membros sobre o porquê do seu pai e o seu avô virem residir em Manoel do Rego e ele prontamente respondeu que “ninguém aqui era derrotado”, que “eles vieram porque quiseram”, pois “lá não quiseram comprar e aqui era mais barato”.

2. MATERIAL E MÉTODOS

O material utilizado como fonte de informação decorre de uma investigação que resultou na elaboração de um laudo antropológico sobre a comunidade Manoel do Rego (Canguçu, RS). Ele consistiu, primeiramente, no levantamento de registros, de documentos e de artigos de jornais sobre o surgimento e a constituição de tal comunidade, assim como de informações secundárias sobre a história dos negros no município em questão e as respectivas organizações e lideranças que, em diferentes momentos, participaram da construção das categorias identitárias utilizadas pela comunidade. Em segundo lugar, foram realizadas entrevistas biográficas com os membros de tal comunidade e com àqueles atores que fazem a mediação da mesma com organizações religiosas, ONG's, agências estatais, partidos políticos, entre outras. Em terceiro lugar, foi aplicado um cadastro para a obtenção de informações sobre as condições de vida do conjunto de famílias que fazem parte da comunidade (escolaridade, atividade ocupacional, renda familiar, nº de filhos e filhas e respectivos locais de residência, formas de aquisição e situação da propriedade em que residem, maquinaria, equipamentos e ferramentas disponíveis, etc.). Por fim, foram realizadas ainda observações participantes de reuniões, festas religiosas e confraternizações que mobilizam a grande maioria dos membros da comunidade, bem como parte significativa de seus “vizinhos”.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Se, como coloca Elias (2000), as instituições religiosas constituem “pontos focais” nas redes de relações comunitárias, isso se mostra de forma muito acentuada na localidade de Solidez no início do século XX. Nesse sentido, observou-se que as diferenças entre os principais grupos étnicos que existiam na região encontraram formas particulares de expressão em filiações religiosas. Ou

seja, ainda que o luteranismo constitua, desde o início, a religião dominante na região, as diferenças entre os principais grupos étnicos foram tão marcadas que resultou na constituição de três comunidades religiosas distintas: a comunidade dos “alemães”, a dos “negros” e a dos “brasileiros”. Dessa forma, foi, também, através de um trabalho de mediação religiosa que inicialmente a posição social dos negros na localidade foi redefinida e que eles passaram a exercer papéis e atribuições relativamente diferenciadas das que lhes eram anteriormente destinados nas estruturas e hierarquias de poder.

Essa conversão de ex-escravos ou seus descendentes ao protestantismo não constitui também uma particularidade da situação investigada. Há muito tempo Roger Bastide já tinha constatado que, desde o início do século XX, tal conversão constitui uma das possibilidades de ascensão social para a população negra (MONTEIRO, 1999; SCHWARCZ, 1999). Todavia, um dos aspectos ainda pouco aprofundados tem sido a investigação das implicações e conseqüências que tal conversão trouxe para os “negros” em termos de reformulação identitária. Ou seja, é preciso dar conta da relação entre essa conversão religiosa tanto com as condições objetivas de desigualdade e exclusão social a que estavam expostos quanto com a redefinição dos esquemas de classificação do passado escravocrata e da condição de exploração e marginalização. Quanto a isso vale salientar algumas indicações encontradas em outras situações: *“O caminho para a aceitação de gente predominantemente branca nestas denominações é extremamente árduo e exige completa renúncia da origem étnica e cultural da parte de pessoas negras e de ascendência negra [...] Eu nunca me liguei nesse negócio de racismo. Eu esqueço que sou negra e me comunico com as pessoas. Quero que elas vejam o meu interior. Quando saio com as minhas colegas, procuro ter uma aparência que agrade a todos. Me arrumo para me sentir bem e saber que as pessoas também vão se sentir. Porque vejo as pessoas tratarem os brancos diferentes dos pobres. E muito! Tenho uma colega que fala para mim: “D., o único preto que gosto é você”* (RIETH, 1999, p. 185).

4. CONCLUSÕES

Como mostra Pollak (1989) a respeito dos grupos excluídos e marginalizados e das minorias, que foram expostos a situações sociais de sofrimento e humilhação coletiva, as lembranças e a memória individual do passado, estão vinculadas às estruturas e aos mecanismos de dominação vigentes nos diferentes momentos de existência daqueles que vivenciaram tais situações e de seus descendentes. Isso porque os pontos de referência que estruturam a memória individual constituem os indicadores empíricos da memória coletiva de um determinado grupo: de suas hierarquias e classificações, dos sentimentos de pertencimento e das fronteiras sócio-culturais que os diferencia dos outros. Desse modo, o silêncio e o esquecimento do passado estão ligados a razões sociais e políticas: de um lado, eles respondem à necessidade de encontrar um *modus vivendi* com àqueles que presenciaram as situações de sofrimento e de humilhação vivenciadas por tais indivíduos; de outro lado, eles constituem uma forma de “poupar os filhos de crescerem na lembrança das feridas dos pais”: *“Em face dessa lembrança traumatizante, o silêncio parece se impor a todos aqueles que querem evitar culpar as vítimas. E algumas vítimas, que compartilham essa mesma lembrança “comprometedora”, preferem, elas também, guardar silêncio. Em lugar de se arriscar*

a uma mal-entendido sobre uma questão tão grave, ou até mesmo de reforçar a consciência tranqüila e a propensão ao esquecimento dos antigos carrascos, não seria melhor se abster de falar?” (POLLAK, 1989, p. 4).

Sendo assim, parece-nos oportuno considerar que essa “falta de memória” em relação ao passado da escravidão, por parte dos próprios descendentes de escravos e libertos que viveram na região, constituem indicadores pertinentes da situação de forte segregação e discriminação racial a que estiveram sujeitos os negros da região durante os anos subseqüentes à “abolição da escravidão”. Ao invés de considerá-la um simples resultado do envelhecimento biológico e individual, parece mais oportuno considerá-la como um sinal objetivo de como se constituiu e se consolidou a “memória coletiva” do grupo de negros que criaram a Comunidade de Manoel do Rego e de sua relação com o passado escravocrata e com a situação do negro no período pós-abolição.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEAUD, Stéphane e WEBER, Florence. *Guide de l'Enquête de Terrain*. Paris: La Découverte, 1998.
- ELIAS, Nobert. *Os Estabelecidos e os Outsiders. Sociologia das Relações de Poder a partir de uma Pequena Comunidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000.
- GONÇALVES, Dilza. *A memória na construção de identidades étnicas: um estudo sobre as relações entre “alemães” e “negros” em Canguçu*. Porto Alegre: PUC-RS, Dissertação (Mestrado em História), 2008.
- MERLLIÉ, Dominique. “A Construção Estatística”. In: CHAMPAGNE, Patrick. et al. *Iniciação à Prática Sociológica*. Petrópolis, Vozes, 1996, pp. 107-170.
- MONTEIRO, Paula. Religiões e Dilemas da Sociedade Brasileira. In: MICELI, S. (Org.) *O Que Ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995). Antropologia (Volume I)*. São Paulo, Sumaré, Anpocs/Capes, 1999, p. 327-367.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 3, 1989, pp. 3-15.
- RIETH, R. W. Evangélicos de “alma Branca”: os negros e o protestantismo no Brasil. In: HOCK, I.S. (ORG.) *Brasil: outros 500. Protestantismo e resistência indígena, negra e popular*. São Leopoldo, Sinodal/EST, 1999, p.172-200.
- SCHWARCZ, Lilian. K. M. Questão Racial e Etnicidade. In: MICELI, S. (Org.) *O Que Ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995). Antropologia (Volume I)*. São Paulo, Sumaré, Anpocs/Capes, 1999, p. 267-325.